

UM PESQUISADOR NA EMERJ: negociações de uma postura de pesquisa em um mundo institucionalizado // *Fernando de Castro Fontainha*¹

Palavras-chave

pesquisa empírica / implicação / interacionismo simbólico

////////////////////////////////////

Sumário

- 1 Introdução**
- 2 A delicada negociação do acesso ao campo**
 - 2.1 A construção do “personagem”: o pesquisador se apresenta
 - 2.2 O *bypass*: do estatuto ao papel
- 3 Condições de um campo “delicado”**
 - 3.1 Uma disciplina “militar” num mundo institucionalizado
 - 3.2 “Faça como se eu não estivesse aqui”
- 4 As consequências para a observação**
 - 4.1 Um estrangeiro
 - 4.2 Um *outsider*
- 5 Considerações metodológicas**
- 6 Conclusões**
- 7 Referências**

Resumo

Esta pesquisa propõe-se a descrever, em um primeiro momento, a experiência da observação direta de aulas no Curso Preparatório da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, realizada durante o ano de 2009, representando uma oportunidade para reflexão sobre o lugar e o papel de um pesquisador e também sobre a dinâmica social que faz dele um membro do grupo estudado. Num segundo momento, descreverei como a condição de doutorando brasileiro na França foi explorada pelo meu trabalho empírico lá desenvolvido. Uma terceira parte será consagrada à descrição de várias situações nas quais professores e alunos me inseriram na dinâmica das aulas. O objetivo é discutir os limites e possibilidades da observação participante, através da construção social do pesquisador como objeto da sua própria pesquisa.

1 Professor da Escola de Direito da FGV – Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, Pesquisador do Centro de Justiça e Sociedade (CJUS) e Pesquisador Associado do Centre d`Études Politiques de l`Europe Latine (CEPEL).

A RESEARCHER AT THE EMERJ: negotiations of a field research approach at an institutionalized context // *Fernando de Castro Fontainha*

Keywords

empirical research / implication / symbolic interactionism

////////////////////////////////////

Abstract

This article describes the participant observation of classes performed at the Rio de Janeiro's Judiciary School. During the year of 2009, I have performed direct observations of several preparatory courses – for the regional Judicature entrance examination – which was taken as an opportunity to reflect on the place and role of the researcher and about the social dynamics that makes him a member of the studied group. I also describe how my position as a Brazilian PhD candidate in France was mobilized for my empirical research. Finally, several situations revealing how students and professors inserted me in their classes' dynamics are analyzed. The objective of this article is to discuss the limits and possibilities of participant observation, through the social construction of the researcher as a subject of his own research.

1 Introdução

De que maneira a postura do pesquisador no encontro com o grupo estudado vai influenciar o resultado do seu trabalho? A forma como o pesquisador é percebido pelo grupo vai repercutir no resultado do seu trabalho? Este artigo será dedicado à análise das condições de observação etnográfica de quarenta horas do curso preparatório para a magistratura do Estado do Rio de Janeiro, que efetuei em aulas da própria Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.² Naquela pesquisa, meus objetivos iniciais eram os de investigar, no seio da dinâmica da sala de aula, a criação e a circulação de referências cognitivas que pudessem ser convertidas em verdadeiras estratégias concorrenciais quando do concurso da magistratura. Meu objeto não era a preparação propriamente, mas o concurso. Entretanto, fui guiado pela hipótese segundo a qual a competição quando de um concurso público não pode ser compreendida sem uma abordagem que abarque também a preparação. Eu tinha, resguardadas as diferenças, aproximadamente a mesma hipótese desenvolvida por Merton sobre a socialização dos estudantes de medicina:

“É claro que nem tudo o que é ensinado nas escolas de medicina é efetivamente aprendido pelos estudantes, e que nem tudo o que estes últimos aprendem lhes é ensinado, se o termo ‘ensinado’ se refere a formas didáticas de transmissão. Os estudantes não aprendem somente graças a preceitos, nem mesmo graças a exemplos deliberados, eles aprendem também – e em muitos casos mais duravelmente – por seu engajamento constante no contato com o pessoal médico, com os outros estudantes e com os pacientes que fazem da escola de medicina uma organização social” (Merton, 1957, p. 41-42, apud Champi, 2009, p 48).³

2 Doravante designada pela sigla “EMERJ”.

3 Tradução livre do autor. Texto original: “Il est clair que tout ce qui est enseigné dans les écoles de médecine n’est pas effectivement appris par les étudiants et que tout ce que ces derniers apprennent n’y est pas enseigné, si le terme ‘enseigné’ renvoie a des formes didactiques de transmission. Les étudiants n’apprennent pas seulement grâce à des préceptes, ni même grâce à des exemples délibérés; ils apprennent aussi – et dans bien des cas plus durablement – par leur engagement constant au contact du personnel médical, des autres étudiants et des patients qui font de l’école de médecine une organisation sociale”.

Neste artigo volto meu olhar para a questão das implicações pessoais⁴ do pesquisador quando da negociação, da entrada e da realização da sua pesquisa de campo, e suas consequências para o trabalho empírico e suas conclusões. A importância das implicações pessoais não é uma questão nova. Mauss (2002), tratando das dificuldades de uma pesquisa etnográfica, diz: “Dificuldades subjetivas: (...) Não crer que sabemos porque vimos; não efetuar juízo moral. Não se espantar. Não se deixar levar” (p. 21-22).⁵ Como na construção civil, na ciência é necessário entregar um produto limpo e acabado. Assim, tiramos os andaimes antes de o abrirmos ao público em geral, para que os meios empregados para obter os resultados não sejam mais visíveis. Aqui a lógica desta metáfora é invertida e os “andaimes” são eles mesmos o objeto do trabalho. A proposta aqui é a da ênfase nas implicações pessoais do pesquisador como uma fonte de dados etnográficos. Ao contrário da abordagem que considera o etnógrafo como elemento externo ao meio estudado, pretendo extrair conclusões acerca deste meio justamente a partir das relações objetivas que desenvolvi com os atores locais no decorrer da pesquisa.

Insisto que não é objetivo deste trabalho contribuir definitivamente para a vasta discussão e produção bibliográfica brasileira sobre metodologia de pesquisa em ciências sociais, em particular sobre a técnica da observação participante. Muitos são os trabalhos em sociologia que se valem desta técnica de pesquisa. Entretanto, meu argumento é o de que (1) na sociologia brasileira poucas são as iniciativas institucionais de desenvolvimento da observação, (2) esta técnica penetra na disciplina através de uma rede construída entre antropólogos brasileiros e so-

4 Cumpro mencionar que o conceito de implicação é empregado por pesquisadores franceses ligados à tradição da análise institucional (Bertin, 2004, p. 5; Amado, 2002, p. 365). Por este conceito se designa a relação que o ator mantém com a instituição. No que toca a este trabalho, os autores chamam a atenção para o “Efeito Heisenberg”, em referência ao físico quântico que, em oposição à postura de neutralidade newtoniana, demonstrou que características da matéria podem ser alteradas exclusivamente em razão da ação do pesquisador. Aqui falo em implicações pessoais, uma vez que me filio a uma sociologia interacionista, que privilegia uma análise das instituições como espaços onde atores interagem entre si.

5 Tradução do autor. Texto original: “Difficultés subjectives: (...) Ne pas croire qu’on sait parce qu’on a vu; ne porter aucun jugement moral. Ne pas s’étonner. Ne pas s’emporter”.

ciólogos americanos ligados a Escola de Chicago e (3) conheceu no Brasil um desenvolvimento tardio, abandonando progressivamente uma abordagem interpretativa em prol da descrição densa.

Assim, vale trazer ao debate as conclusões de Brochier, sociólogo francês que dedicou seu Memorial de Habilitação para a Direção de Pesquisas ao estudo da implementação e do desenvolvimento da pesquisa de campo na sociologia brasileira entre 1930 e 1970 (2009). Brochier relata o difícil caminho da empiria em tal ramo do conhecimento na sociologia brasileira, desde o primeiro metodólogo da área – Florestan Fernandes, na visão dele – que relegava ao estudo das técnicas de pesquisa um papel secundário, até a difícil adaptação de antigos paradigmas a novas formas de coleta de dados. Ou seja, mesmo que a pesquisa de campo – e notadamente a observação participante – tenha sido incorporada nas práticas dos cientistas sociais, a ruptura com velhos paradigmas somente sucedeu mais tarde, particularmente pelas mãos dos etnólogos.

Brochier cita como exemplo a dissertação de mestrado de Duarte, sobre os pescadores de Niterói, intitulada “As redes do suor” (1978). Duarte passa seis meses numa vila de pescadores e, em uma oportunidade, passa oito horas no mar com eles. Brochier aponta que pouco se aprende no trabalho de Duarte acerca da forma como os pescadores realizam seu ofício, mas vê no estudo um profundo interesse sobre o discurso nativo como fonte de representações e visões de mundo (2009, p. 76). Brochier relata ainda que na maioria dos trabalhos que declaravam o uso da observação, o essencial da demonstração repousava sobre dados colhidos em entrevistas. Os trabalhos comportando dados extraídos de observação participante eram realizados sobretudo por jovens pós-graduandos, dentre os quais vale citar a tese de doutorado de Sabino (2004) intitulada “O peso da forma”, sobre o uso de drogas pelos fisiculturistas nas salas de musculação. Sabino colhe seus dados de pesquisas nas próprias salas de musculação, onde se matriculara e frequentara, e funda suas conclusões não apenas nas relações que observava cotidianamente entre os fisiculturistas e as drogas, mas nas suas próprias experiências nos ginásios.

Em meados dos anos 80 começa a se institucionalizar

no Brasil uma tradição acadêmica fundada na observação participante, quando Gilberto Velho, inspirado sobretudo na Segunda Escola de Chicago, lança uma série de pesquisas sobre a cidade e condutas desviantes. Essa iniciativa contou inclusive com a vinda de Becker para uma temporada de pesquisas no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Dos frutos desta empreitada, duas teses merecem relevo. Primeiro a tese de Vianna (1988), intitulada “O mundo funk carioca”, onde o autor acompanha organizadores e frequentadores de bailes funk, e funda sua demonstração nos diários de campo que relatam suas experiências. Em segundo lugar, a tese de Gaspar (1988), intitulada “Garotas de programa”, onde a autora se faz passar por uma iniciante desejosa de ingressar na prostituição. Ela se veste como as prostitutas e frequenta os mesmos lugares que elas, buscando conselhos de como se lançar na “vida”. O que ocorre no programa de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional nos anos 80 é comparável ao que ocorreu nos anos 20 e 30 na Universidade de Chicago, quando, como fruto da parceria existente entre Park e Burgess, foram defendidas algumas teses que se firmariam como clássicos da sociologia americana, como “The Jack Roller” (Shaw, 1930), “The Hobo” (Anderson, 1923) e “The Negro in Chicago” (Johnson, 1922).

Assim, conclui Brochier (2009) que:

“Não existe no Brasil corrente de pesquisa repousando exclusivamente sobre a observação, mesmo se certas características do país pudessem incitar os pesquisadores a constituir uma tradição nesse sentido. Os trabalhos que fazem uso dessa abordagem são raros e dão em geral um lugar secundário aos dados obtidos desta maneira. ‘Fazer campo’ é concebido como um ponto importante numa pesquisa qualitativa, sem que isto signifique descrever fenômenos observados pessoalmente. Uma vaga intimidade com o mundo social observado é comumente vista como suficiente. Encontra-se raramente nas dissertações e teses brasileiras em Sociologia ou Antropologia um trabalho de constituição de categorias de análise sobre a base do recorte e da comparação de coisas observadas. Os fatos diretamente observados servem em geral na melhor das hipóteses para descrever certos elementos do contexto geral das situações sociais. Os autores

comumente constroem desta maneira o esquema das situações 'típicas' sem citar notas de campo com clara distinção. Eles se baseiam em seguida sobre os discursos dos atores para explicitar o sentido das ações, mas igualmente para relatar estas mesmas ações” (p. 77).⁶

Não tenho a intenção de trazer grandes novidades a este debate, mas de usá-lo para compreender minha própria experiência. Este artigo tratará da negociação do acesso e das condições de entrada no campo, bem como do desenrolar da pesquisa. Num primeiro momento descreverei como entrei em contato com responsáveis pela EMERJ e como negocieei com eles as condições da minha entrada nas salas de aula. Num segundo momento, mostrarei como as condições de acesso ao campo determinaram profundamente minha condição de pesquisador perante os professores e alunos. Finalmente, mostrarei até que ponto as relações entre observador e observados foram construídas justamente a partir deste contexto específico, e quais conclusões sobre a EMERJ e sobre o próprio mundo dos magistrados podem ser extraídas de dados provenientes das interações pessoais do pesquisador.

2 A delicada negociação do acesso ao campo

No contexto da minha pesquisa doutoral (sobre o concurso da magistratura francesa), a bolsa conce-

⁶ Tradução livre. Texto original: “Il n'existe pas au Brésil de courant de recherche reposant exclusivement sur l'observation, même si certaines caractéristiques du pays auraient pu inciter les chercheurs à constituer une tradition en ce sens. Les travaux qui font usage de cette approche sont rares et ils donnent en général une place secondaire aux données obtenues de cette manière. « Faire du terrain » est conçu comme un point important dans une recherche qualitative, sans que cela ne signifie description de phénomènes constatés personnellement. Une vague intimité avec le monde social étudié est souvent regardée comme suffisante. On trouve donc rarement dans les thèses et les mémoires brésiliens de sociologie ou d'anthropologie un travail de constitution de catégories d'analyse sur la base du recoupement et de la comparaison de choses vues. Les faits directement observés servent en général au mieux à décrire certains éléments du contexte général des situations sociales. Les auteurs dressent ainsi souvent le schéma de situations « typiques » sans citer de notes de terrain clairement distinguées. Ils se reposent ensuite sur les discours des acteurs pour expliciter le sens des actes mais également pour rendre compte de ces mêmes actes”.

da pela CAPES permitiu uma temporada de pesquisas de três meses no Brasil, para a tentativa de elaboração de uma tese comparativa. A comparação ou mesmo o comparatismo não são o objeto deste artigo, mas é necessário dizer algumas palavras sobre isto pois foi a pesquisa na França que me permitiu compreender meu trabalho de campo no Brasil. A “delicadeza” do meio judiciário é sem dúvida atribuída ao grau elevado de institucionalização dos papéis desempenhados pelos seus membros. Meu contato empírico com o meio judiciário francês compreende um mês de pesquisas no interior da ENM – École Nationale de la Magistrature, onde tive contato com dirigentes (magistrados), funcionários administrativos e alunos-juizes, presenciei algumas entrevistas realizadas com juizes da Cour de Cassation, professores de Direito, um Conselheiro de Estado e estudantes que preparavam o concurso, e enfim empreendi a observação de várias horas de provas orais do concurso.

No Brasil e na França o universo judiciário é colonizado por um quadro estrito de condutas. No entanto, não são suas semelhanças, mas suas diferenças que permitem e tornam interessante uma comparação. De um lado, a facilidade com a qual, na França, pude acessar os juizes da Cour de Cassation, e de outro, a dificuldade para fazer o mesmo com os professores de Direito, o acesso fácil aos arquivos e extremamente difícil em sala de aula; tudo isto causa espanto a um brasileiro. Esta experiência me fez refletir sobre o uso diferenciado que os atores de um mesmo universo profissional fazem de categorias que habitam seu meio social. É por isto que decidi entrar nas salas de aula e, por exemplo, não entrevistar altos magistrados no Brasil.

Escolhi a EMERJ pela minha familiaridade com vários ex-alunos, alguns professores e também com o ambiente. Eu conhecia bem seu funcionamento, e sobretudo sabia que sem um contato inicial com os dirigentes, seria impossível o acesso. Meu objetivo era então contatar o Diretor-Geral. O fato de ser eu mesmo um jurista de formação (cinco anos de faculdade de Direito, quatro anos de estágio em escritórios de advocacia) muito me facilitou, de um lado, a estimar o que os magistrados esperam de um pesquisador, e de outro, uma vez também herdeiro do habitus dos juristas, uma melhor performance em relação à

correspondência prática a estas expectativas. Como afirma Lagroye (Gaïti & Sawiki, 1997):

“Para habitar uma instituição, para manter seu papel, existem certos conhecimentos sobre ela mesma, e além disso um conhecimento sobre as legitimações últimas dos gestos que realizamos, o que permite a instituição ser apresentada em certas situações como indispensável, necessária, útil ao funcionamento da sociedade” (p. 13).⁷

Em seguida ele continua sobre o aprendizado destes conhecimentos:

“Onde quer que ele nasça, qual tenha sido sua socialização, um indivíduo jogado pela primeira vez num ministério deve aprender, compreender o que convém ser feito em diferentes situações concretas; o que supõe um trabalho de recurso, de reativação de experiências anteriores que podem ser perfeitamente desadaptadas e engendrar um comportamento inoportuno” (Gaïti & Sawiki, 1997, p. 13).⁸

Assim, não seria oportuna a simples reativação de minhas experiências jurídicas do passado recente, mas um esforço de adaptação permanente e renovado a cada interação.

2.1 A construção do “personagem”: o pesquisador se apresenta

O meio empregado para contatar o diretor-geral da EMERJ foi o telefonema. Apesar de amigos terem me oferecido um contato mais privilegiado, através de suas conexões profissionais, preferi adotar uma abordagem talvez até ingênua. Por outro lado uma carta poderia constituir uma aproximação mais ade-

7 Tradução do autor. Texto original: “Pour habiter une institution, pour tenir son rôle, il y a certaines connaissances à avoir sur l’institution elle même, et pour aller au plus loin une connaissance des légitimations ultimes des gestes que l’on accomplit, celles-là même qui permettent à l’institution d’être présentée dans certaines situations comme indispensable, nécessaire, utile au fonctionnement de la société”.

8 Texto original: “Où qu’il soit né, quelle qu’ait été sa socialisation, un individu jeté pour la première fois dans un ministère doit apprendre, comprendre ce qu’il convient de faire dans des différentes situations concrètes; ce qui suppose un travail de recours, de réactivation d’expériences antérieures qui peuvent être parfaitement désadaptées et engager un comportement inopportun”.

quada, mas eu não poderia arriscar uma eventual demora na resposta desta abordagem tão pessoal.

Eu sabia que meu acesso ao campo seria fortemente determinado pela maneira pela qual eu apresentasse a mim mesmo e minhas intenções. Goffman fala da diferença entre a identidade real e da identidade virtual (1986, p. 2) e que na distância que podemos produzir entre as duas para “melhor” interagir encontra-se o controle de impressões (1990, p. 208). Neste tocante, Stéphane Beaud e Florence Weber (2003) aconselham a um pesquisador: “Ser estudante traz numerosos recursos para a realização de uma pesquisa. (...) As pessoas querem lhe fazer favores, lhe ajudar. Você não é socialmente ameaçador” (p. 98-99).⁹

Decidi então fazer uso de um atributo que considerava importante: a condição de doutorando na França. Esta condição me permitia mobilizar alguns símbolos em torno da minha identidade. Inicialmente, seria necessário mencionar o nome do meu orientador, o professor Michel Miaïlle, conhecido dos juristas brasileiros por sua “Introdução Crítica ao Direito” (1994), publicada em Lisboa mas enormemente distribuída no Brasil. Em seguida seria necessário mostrar uma carta de recomendação assinada por Phillipe Astruc, então diretor da Formação Inicial e do Recrutamento da École Nationale de la Magistrature (ENM), obtida quando do meu estágio de pesquisa lá. Eu contava com o fato de que a escola profissional da magistratura brasileira se encontra em processo de consolidação, e que entre os dirigentes de tribunais no Brasil a ENM francesa é tida como um “modelo”.

Por fim, seria apropriado mencionar que os dados a serem recolhidos serviriam para dar a minha tese uma perspectiva comparada franco-brasileira. No entanto, decidi não mencionar minha formação jurídica, e tampouco minha condição de inscrito nos quadros da OAB. Avaliei que um cientista político seria menos ameaçador que um jurista. E desta maneira construí meu “valor de face”, para usar o conceito de Goffman (1967, p. 5). Estas múltiplas “performan-

9 Tradução livre. Texto original: “Être étudiant procure de nombreuses ressources pour mener une enquête. (...) Les gens veulent vous rendre service, vous aider. Vous n’êtes pas pas menaçant socialement”.

ces” quando da negociação do trabalho de campo, para as quais posso atribuir a alcunha de estratégia reputacional, são realizadas em torno de expectativas. De um lado, tinha minhas próprias expectativas acerca das pessoas com as quais me preparava para interagir. De outro lado, eles certamente também teriam as delas acerca de alguém que se apresentasse como eu me apresentaria e que pedisse para fazer o que eu queria fazer. A estratégia de construção deste “valor de face” pode ser explicada pela tentativa de antecipação das expectativas do parceiro, a partir da seguinte dialética: o que eu espero que meu parceiro espere de mim. Ou ainda, nas palavras de Lagroye:

“Numa situação de interação, a expectativa pode ser assemelhada à antecipação do parceiro quanto ao comportamento que adotaremos. (...) O jogo, se algum jogo há, não reside no aprendizado no sentido do saber ou do savoir-faire, ele reside no esforço de adaptação a estas expectativas herdadas e às expectativas dos que sabem o que a instituição pode lhes trazer: (...) É então uma rede de expectativas, mais ou menos objetivadas, mais ou menos constituídas em saber, mais ou menos maleáveis, variando segundo as situações e variando evidentemente segundo a posição dos parceiros que estão em interação” (Gaiiti & Sawiki, 1997, p. 10).¹⁰

2.2 O *bypass*: do estatuto ao papel

Cheguei cinco minutos adiantado na sala de espera para a reunião, marcada para as quinze horas. Às quinze para as quatro o assessor do diretor-geral veio se apresentar e pedir desculpas pelo atraso. Às quatro horas uma dezena de funcionários da escola entrou na sala do assessor cantando “parabéns pra você”, fazendo uma pequena festa por uma meia hora. Durante a espera eu refletia sobre a reunião. Meu objetivo era ser autorizado a entrar nas salas de aula para observar a interação entre professores

10 Tradução livre. Texto original: “Dans une situation d’interaction, l’attente peut être assimilée à l’anticipation du partenaire quant au comportement qu’on va adopter. (...) Le jeu, si jeu il y a, il n’est pas dans l’apprentissage au sens de savoir et de savoir-faire, il réside dans l’effort d’adaptation à ces attentes héritées et aux attentes de ceux que que savent ce que l’institution peut leur apporter: (...) Donc c’est un réseau d’attentes, plus ou moins objectivées, plus ou moins constituées en savoir, plus ou moins malléables, variant selon les situations et variant bien évidemment selon la position des partenaires qui sont dans l’interaction”.

e alunos, e talvez aproveitar para recrutar alguns estudantes para participar de grupos focais depois de cada aula. Esta negociação seria delicada, nos termos de Cliquennois (2006):

“Por outro lado, uma série de autores relata uma diferença fundamental de interesses e de pontos de vista entre pesquisadores e responsáveis e representantes de uma organização (...) pois estes últimos tentam preservar seu funcionamento e seu poder no seio daquelas. A presença do pesquisador pode constituir uma ameaça ao bom funcionamento da organização, à sua imagem e aos poderes dos indivíduos que controlam seu funcionamento (...) na medida em que ele é um elemento relativamente incontrolável” (p. 3).¹¹

Na verdade esta abordagem “de cima para baixo” comporta uma série de dificuldades. No entanto, tentar o acesso a este campo “de baixo para cima” me pareceu muito mais complicado, na medida em que a hierarquia poderia realmente bloquear minha pesquisa.

Enfim às dezesseis horas e trinta minutos fui conduzido a uma sala de reunião. Logo que cheguei me foi anunciado que o diretor-geral não estaria presente; em seu lugar eu trataria com três funcionários da escola (não magistrados): o assessor do diretor-geral, a diretora de finanças e o diretor acadêmico. Rapidamente transformei minha decepção em oportunidade. Seria necessário fazer o *bypass* do diretor-geral sem ultrapassar sua autoridade, negociar com pessoas que possuem menos autoridade, porém mais familiaridade com o cotidiano da EMERJ. Pela primeira vez pude experimentar, no quadro de uma interação, a diferença entre papel e estatuto, o primeiro definido como em função dos contextos interacionais, e o segundo sendo um elemento normativo atribuído a alguém, mas que não traz necessariamente conse-

11 Tradução livre. Texto original: “Par ailleurs, un certain nombre d’auteurs font état d’une différence fondamentale d’intérêts et de points de vue entre chercheurs et responsables et représentants d’une organisation (...) car ces derniers tentent de préserver son fonctionnement et leur pouvoir au sein de celle-ci. La présence du chercheur peut constituer une menace à la bonne marche de l’organisation, à son image et aux pouvoirs des individus qui en contrôlent le fonctionnement (...) dans le sens où il est un élément relativement incontrôlable”.

quências institucionais mais ou menos estáveis. O diretor-geral possuía o estatuto de mais alta autoridade da escola. No entanto, pareceu-me que o papel da administração cotidiana do ensino e da gestão da rotina das salas de aula pertencia ao diretor acadêmico. Pelo menos, dentre os dirigentes da escola, foi dele o papel de representá-la diante de um pesquisador, quando da negociação de sua entrada em campo.

Assim, quando pedi para assistir aulas, os dirigentes mostraram um enorme quadro de horários e disciplinas e me convidaram a escolher. Acordamos que eu estaria presente a dez aulas de quatro horas, onde poderia encontrar onze professores e oito turmas diferentes. Durante as tratativas, me lembrei do que se passou quando pedi acesso aos arquivos da ENM francesa ao então diretor da formação inicial e do recrutamento em Bordeaux. Isto me fez refletir sobre as expectativas que os dirigentes de uma instituição podem ter em relação aos pesquisadores. Ele me repetiu várias vezes que sua autorização e a facilitação de minhas pesquisas não eram um favor, que eu devia à ENM em contrapartida a elaboração de um trabalho tendente a ajudar a “melhorar a maneira como os juízes franceses são selecionados”. Para ele, um pesquisador que vem de fora para estudar uma instituição tem o papel de criticá-la. Em sentido diverso, minha experiência brasileira deu-me a impressão que, para os dirigentes da EMERJ, um pesquisador na minha condição tem um papel descritivo e de difusão da instituição nos meios que lhe são externos, no meu caso, não apenas o meio acadêmico, mas também o meio francês. Assim, logo que acordamos quais aulas eu iria assistir, o diretor acadêmico e a diretora financeira travaram na minha frente o diálogo seguinte:

— *Então, cê acha que assim tá bom, sem problemas?*

— *Não, eu acho que tá bom, sem problemas, o desembargador concordaria.*

— *E além do mais, ele vai divulgar o nome da EMERJ na França!*

3 Condições de um campo “delicado”

Segundo o acordado, 27 de maio de 2009 foi meu primeiro dia em campo. A aula começava às oito horas

da manhã. Minha ideia era de entrar na sala, sentar-me e assistir à aula, como um aluno qualquer faria, salvo pelo fato de que eu não interviria. Para chamar ainda menos atenção, eu não utilizaria meu gravador de áudio para registrar os dados, mas tomaria notas no caderno. Sobre a distinção entre observação e observação participante Jackson (1987) escreveu: “Observação é quando você está fora do que está acontecendo e observando outras pessoas, ou quando você está vendo o que outras pessoas fazem. (...) Observação participante significa que você está de alguma forma envolvido nos eventos em andamento, você está dentro deles” (p. 63).¹²

Tal distinção me fez duvidar do que tinha previsto realizar. Neste momento a ideia de que a pesquisa qualitativa – sobretudo a observação – é definida pelo contexto interacional dentro do qual penetra o pesquisador me tomou completamente. Aprendi pouco a pouco que a negociação de uma postura de pesquisa é o maior desafio do cientista, pois ela está sempre presente e pode mudar sensivelmente a cada novo quadro de interação. Em Becker e Geer (1960) encontramos a seguinte definição para observação participante: “O pesquisador pode fazer parte do grupo que ele estuda; ele pode fingir ser um membro do grupo, quando de fato ele não é; ou ele pode se juntar ao grupo no papel daquele que lá está para observar (...)” (p. 268).¹³

Dado o caráter institucionalizado da EMERJ, para estar entre os alunos como membro da escola, deveria de início ser aprovado em um exame de seleção e depois pagar mensalidades caras; ambos me pareciam impossíveis de realizar. Uma autorização especial da direção da escola para assistir aos cursos inteiros não era tampouco um horizonte. Minha entrada possível era estar na sala de aula no papel daquele que lá está para observar, e em seguida mostrarei o peso da “deli-

12 Tradução livre do autor. Texto original: “Observation is when you’re outside what’s going on and watching other people do it, or you’re watching what other people have done. (...) Participant-observation means you’re somehow involved in the events going on, you’re inside them”.

13 Tradução livre. Texto original: “The researcher may be a member of the group he studies; he may pose as a member of the group, thought in fact he is not; or he may join the group in the role of one who is there to observe (...)”.

cadeza” do campo sobre minha postura de pesquisa.¹⁴

3.1 Uma disciplina “militar” num mundo institucionalizado

Durante a entrevista que me foi concedida pelo diretor acadêmico da escola – que veio a se tornar meu contato direto e minha referência durante o trabalho de campo – descobri que o magistrado fundador da EMERJ, seu primeiro diretor-geral, teve vários anos de formação na Escola Superior de Guerra (ESG). Segundo o diretor-acadêmico, o regime de organização e disciplina da EMERJ é bastante inspirado nos militares brasileiros. Após a pesquisa, creio que a EMERJ assegura a disciplina interna de uma maneira não militar, mas verdadeiramente judiciária: a vigilância comportamental permanente (jeito de se postar, de se vestir e de se comportar em sala de aula), e a verificação constante do cumprimento das obrigações escolares (respeito aos horários das aulas, à presença, às datas de entrega de trabalhos e sobretudo repúdio a prática da “cola” nos exames). Lagroye fala sobre o tratamento das transgressões de papel em universos fortemente normatizados: “Guardiões e procedimentos de verificação de condutas fazem parte disto. As transgressões em relação às exigências de cumprimento de papéis são efetivamente sancionadas, por meio de notas, de advertências, de transferências, de exclusões” (Gaïti & Sawiki, 1997, p. 14).¹⁵

Assim que se chega na recepção do térreo da EMERJ, pode-se ver dois portais de detecção de metais e um segurança. Logo que cheguei, pediram que me identificasse, perguntando onde gostaria de ir e o que queria fazer. Respondi que era um pesquisador que ia assistir a uma aula. Me perguntaram se tinha uma autorização para tanto. Mencionei o nome do diretor-acadêmico como aquele que teria me autorizado. Depois de uma chamada para o quarto andar, o segurança me respondeu: “Claro, doutor [meu primei-

14 São muitos os pesquisadores que explicitam com dados etnográficos as dificuldades de realizar o trabalho de observação em determinados contextos, particularmente os que trabalham com a justiça criminal (Dray, 1999; Dupret, 2001 e 2006; Lenoir, 1995 e 1996; Travers, 2007; Vanhamme, 2009).

15 Tradução livre do autor. Texto original: “Des gardiens et des procédures de vérification des conduites y sont rattachés. Les transgressions par rapport aux exigences de rôle sont alors effectivement sanctionnées, par des notes, des blâmes, des déplacements, des exclusions”.

ro nome], o senhor pode subir, um funcionário está aguardando o senhor no quarto andar”.

Assim, o nome do diretor-acadêmico tinha sido adicionado ao meu leque de “etiquetas”. Como dizem Beaud e Weber (2003): “Ou você faz parte ‘naturalmente’ do público em questão, ou você deve negociar e justificar sua presença (...) No segundo caso, você está sob a proteção se um membro autorizado, você se beneficia de seu estatuto e de seu ponto de vista. Do contrário, você arrisca se tornar um ator bastante singular no evento em questão” (p. 148).¹⁶ Na verdade utilizei o nome dele várias vezes como uma espécie de “senha”. Apenas três ou quatro dias após o início da pesquisa já era conhecido como “o doutorando autorizado pelo diretor-acadêmico”.

Vejamos um outro aspecto da abordagem “de cima para baixo”: a etiqueta da autorização oficial da instituição cria frequentemente a expectativa segundo a qual o pesquisador sustenta a posição oficial da instituição, o que pode causar problemas de interação com vários membros, sobretudo com aqueles que estão cotidianamente presentes mas não são dirigentes. Era um fator a mais com o qual devia aprender a lidar.

Uma vez mais esta experiência me fez pensar na minha temporada na ENM francesa, que é constantemente descrita pela imprensa e pelos políticos como um lugar de obliteração, de uniformização, de corporativismo, onde a disciplina reina absoluta. Não pretendo aqui desmentir tais afirmações, mas em relação ao espírito de fiscalização não percebi nenhum controle de presença dos alunos, câmeras, pórticos ou catracas, e mesmo meu acesso ao Serviço de Concurso, uma área restrita ao pessoal não autorizado devido ao segredo das provas, foi bastante fácil. Os alunos-magistrados circulavam por lá vestidos de maneira informal, como na faculdade de Direito, e pude mesmo ver, várias vezes, quando havia bom tempo, todos deitados no gramado em torno de um pequeno lago, conversando, comendo ou mesmo fazendo uma siesta. Na cantina,

16 Tradução livre do autor. Texto original: “Ou bien vous faites partie ‘naturellement’ du public concerné, ou bien vous avez à négocier et à justifier votre présence. (...) Dans le second cas, vous êtes sous la protection d’un membre autorisé, vous bénéficiez de la fois de son statut et de son point de vue. Sinon, vous risquez de devenir un un acteur très singulier de l’événement en question”.

comiam juntos alunos-magistrados, funcionários, professores, dirigentes e eu. Me lembro de um episódio, quando dois professores se despediam de suas atividades na escola, para lhes dizer adeus, alguns colegas e funcionários arregaçaram suas calças na altura dos joelhos, tiraram os sapatos e meias, e caminharam dentro do pequeno lago, sob os aplausos dos alunos-magistrados que estavam no gramado.

De volta ao Brasil, meu primeiro dia na EMERJ me reservou algumas descobertas. Toda a sede da escola era coberta por câmeras de segurança. Havia inclusive três câmeras dentro de cada uma das salas de aula, sendo uma capaz de se mover e mudar de foco (zoom). Havia também um microfone instalado no teto de cada sala de aula, para registro do som ambiente. Todo este sistema de controle era gerido e registrado na chamada “Sala de Monitoramento”, cujo o acesso me foi autorizado no último dia da minha pesquisa. Me faltava ainda ultrapassar um último obstáculo para poder entrar nas salas de aula: na porta de cada uma, havia uma catraca eletrônica que bloqueava o acesso a quem não possuísse uma carteira de aluno ou de funcionário da EMERJ, assim como registrava data e hora de todos que entravam e saíam. Seria necessário, então, pedir a um funcionário que passasse seu cartão para que eu pudesse entrar, bem como pedir a autorização a cada professor para assistir a aula.

3.2 “Faça como se eu não estivesse aqui”

A catraca, os pórticos, as câmeras e os microfones faziam parte de uma vigilância que se fazia presente, e mesmo se pouco a pouco ela era integrada na rotina, seu peso sobre o comportamento dos membros era enorme. Neste ponto é necessário lembrar que não é apenas de pessoas que é constituído um quadro interacional, como afirma Lagroye: “(...) a expectativa é também o que a instituição forjou como elementos de objetivação: uma antessala, duas antessalas que atravessamos em alguns casos, uma secretária ou um burocrata na primeira ante sala, a porta dupla, o gabinete em estilo imperial, quer dizer, um conjunto de objetos que esperam aquele que vai se sentar na poltrona para sobre ele fazer sentir o peso da história e da instituição, mantendo-o no seu papel” (Gaiti & Sawiki, 1997, p. 9).¹⁷

17 Tradução livre do autor. Texto original: “(...) l’attente est aussi

Os professores e sobretudo os alunos eram compelidos a manter-se no seu papel. Entretanto, qual seria o peso desta vigilância sobre o comportamento de um pesquisador? Todo este contexto me mostrou que a ideia de não mentir sobre meu estatuto e, ao mesmo tempo, passar despercebido, não passava de uma ilusão. Eu poderia dar à minha observação um caráter “clandestino”, quer dizer, usar “um método que permite a observação ‘encoberta’, sem que a organização ou o grupo ‘infiltrado’ estejam de acordo” (Soulé, 2007, p. 128).¹⁸

Voltemos ao momento em que cheguei pela primeira vez ao quarto andar. Me perguntaram inicialmente como deveriam me chamar: professor, doutor ou senhor. Me ofereceram depois que esperasse o professor responsável pela aula que ia assistir na sala dos professores, onde havia café e água. Recusei educadamente, dizendo que preferiria ficar de pé e esperar, na intenção de observar o movimento na recepção do quarto andar. Disse para que me chamassem pelo meu primeiro nome, o que alguns dentre eles fizeram. No entanto, na hora de me apresentar a alguém, todos diziam “professor Fernando”.

Uma vez que seria obrigado a me identificar para cada professor antes da aula, destruída minha pretensão de anonimato, decidi pedir autorização para usar o microfone antes do intervalo para tentar recrutar alunos para participar de grupos focais depois de cada aula. Nenhum professor se limitou a concordar, quase todos pediram precisões sobre minha pesquisa. Dois dentre eles me contaram de sua intenção de estudar na França. Um deles me deu seu cartão dizendo: “estou à disposição se você quiser me entrevistar”. Fiz de tudo para deixar claro que não queria em absoluto perturbar o desenrolar regular da aula, seria como se eu não estivesse lá. Esperança vã. Minha presença foi sempre percebida, interpretei vários

ce que l’institution a forgé comme éléments d’objectivation: une antichambre, deux antichambres que l’on traverse dans certains cas, une dactylo ou un huissier dans la première antichambre, la double porte capitonnée, le bureau Empire inévitable, c’est-à-dire un ensemble d’objets qui sont en attente de celui qui va s’asseoir dans le fauteuil et qui pèsent sur lui de tout le poids de l’histoire et de l’institution pour le tenir dans son rôle”.

18 Tradução livre do autor. Texto original: “une méthode permettant d’observer ‘à couvert’, sans que l’organisation ou le groupe ‘infiltré’ ne soit prévenu et n’ait à donner son accord”.

papéis em função de diversas situações: não era invisível e tampouco unívoco.

4 As consequências para a observação

Nas ciências sociais, como dizia Burgess (1929, p. 47), não se pode reproduzir a vida em comunidade em condições controladas, devemos estar entre as pessoas onde elas fazem o que elas fazem. Isto implica que o papel do pesquisador seja mais ou menos negociado a cada entrada em campo, mas o mesmo acontece quando se trata do papel do “pesquisado”. A ilusão do “façam como se eu não estivesse aqui” é na verdade fruto da ilusão segundo a qual o pesquisador não deve absolutamente perturbar o “estado natural” do seu objeto. Rapidamente percebi que em ciências humanas a “neutralidade” não passa de uma ilusão e que todo o trabalho para conseguir entrar nas salas de aula já fazia parte da minha pesquisa de campo; em cada renegociação da minha presença havia também uma renegociação de papéis a serem desempenhados entre observador e observados, com fortes consequências para a pesquisa, como afirma Lapassade (2001):

*“a) É necessário ‘negociar’, por vezes, a permissão formal de pesquisar, - mas esta necessidade concerne essencialmente às pesquisas em instituições e organizações. b) Compreendemos também por negociação de acesso ao campo o trabalho realizado pelo pesquisador para adquirir a confiança das pessoas, para que eles aceitem se abrir realmente ao pesquisador, ou mesmo de colaborar com ele. E esta negociação, já comportando interações intensas com as pessoas, é a ocasião de efetuar as primeiras observações; (...) Para além, nada é adquirido definitivamente, será sempre necessário, e até o fim da pesquisa engajada, renegociar a entrada” (p. 12).*¹⁹

19 Tradução livre do autor. Texto original: “a) Il faut ‘négocier’, parfois, la permission formelle d’enquêter, - mais cette nécessité concerne essentiellement les recherches menées dans les organisations et les institutions. b) On entend aussi par négociation d’accès au terrain le travail effectué par le chercheur pour acquérir la confiance des gens, pour qu’ils acceptent de s’ouvrir réellement à l’enquêteur, ou même de collaborer avec lui. Et cette négociation, en tant que telle comporte déjà des interactions intenses avec les gens, est l’occasion d’effectuer les premières observations; (...). Rien d’ailleurs est acquis définitivement: il faudra toujours, et

Uma vez em sala de aula, era pesquisador declarado, doutorando na França, cientista político, mas também objeto das apreciações as mais variadas. Segundo Goffman (1963), quando interagimos, as fontes fundamentais de informações sociais e pessoais que utilizamos para estabelecer nossas expectativas em relação aos outros são os símbolos (p. 73-104). Qualquer coisa pode se tornar um símbolo: um soquete, uma vestimenta, um gesto, uma palavra dita, um discurso, uma fofoca, a cor da pele. Todo o trabalho de veiculação mútua de símbolos, de formação de expectativas e de atualização destas expectativas no curso das interações se trata de um trabalho de objetivação, de tornar o outro mais inteligível. Nas palavras de Jackson (1987): “O perigo no trabalho de campo ao tornar a vida da pessoa estudada num objeto é evidente; menos óbvio, mas igualmente perigoso, é que a pessoa estudada faça a mesma coisa com o pesquisador” (p. 68).²⁰ As objetivações relativas ao meu papel em sala de aula mobilizaram professores e alunos nas suas próprias interações. Fui apresentado, solicitado a responder perguntas e mesmo utilizado como exemplo no cumprimento de objetivos pedagógicos e reputacionais. Dois símbolos fundamentais marcaram a formação de expectativas em torno de mim: o fato de fazer um doutorado na França e o fato de fazê-lo em Ciência Política.

4.1 Um estrangeiro

O fato de ser alguém que lá estava para observar e reportar esta observação nos meus estudos doutorais feitos na França orientou minha relação com os alunos e os professores em direção à referência de um estrangeiro culto. Vários alunos antes ou logo após o intervalo da aula perguntavam minha opinião sobre os assuntos mais variados: o sistema fiscal francês, o processo penal francês, a organização da magistratura francesa, o concurso da ENM, o caso “Outreau”, o salário de um juiz francês. Um aluno pediu para mim meu cartão, e ao ver que ele era escrito em francês, disse: “ah, como eu adoro a França”. As três perguntas que ouvi com mais frequência foram: “É verdade que na França não há controle de constitucionalidade

jusqu’au bout de la recherche engagée, re-négocier l’entrée”.

20 Tradução livre do autor. Texto original: “The danger in fieldwork of the fieldworker turning the person whose life is being studied into an object is obvious; less obvious, but just as much a danger, is that the person studied will do the same thing”.

de preventivo das leis?”, “É verdade que na França juízes e membros do Ministério Público fazem parte do mesmo corpo?” e “É verdade que na França existe uma jurisdição especial para julgar o Estado?”. Respondia “sim” e eles tinham sempre a mesma reação: “e como é que pode?”. Fui tido como uma fonte de Direito Comparado. Esperava-se de mim um conhecimento global do sistema jurídico francês e sobretudo das regras da organização política francesa, não sendo escondida a decepção quando eu não sabia dar alguma resposta.

Os professores por sua vez não perdiam uma oportunidade de me colocar dentro de uma estratégia de apresentação, de “quebra-gelo” ou de pedagogia. Um deles me apresentou aos alunos antes de si mesmo, me utilizando para se apresentar, assim como apresentar seu método de avaliação, onde os preguiçosos ganhariam nota zero: “Temos aqui o Fernando, vindo de Montpellier, entre Biarritz e Marseille... ele não é espião, não, é um pesquisador... eu sou juiz em New Iguazu, não é New York nem Montpellier... Fernando, como a gente fala zero em francês, é zéro, né?”. Logo antes do intervalo da aula, um outro professor me passou o microfone da maneira seguinte: “Então, meus caros amigos, antes do intervalo eu gostaria de apresentar o Fernando, que faz seu doutorado em Montpellier em Ciência Política e está aqui fazendo uma pesquisa sobre a EMERJ. Inclusive eu me sinto muito honrado por ele ter escolhido minha aula para assistir. Ele gostaria de dar uma palavra com vocês”. Os professores todos pareciam atentos ao fato de “terem sido escolhidos”. Minha presença em sala de aula, uma vez que não poderia estar presente a todas pois havia uma dezena delas a cada manhã ou noite, representava a expressão de um fator ligado à sua reputação. Um outro professor fez o mesmo, me fazendo participar da sua piada:

— *Bom dia a todos, hoje temos entre nós, vocês já conhecem, o Fernando, fiscal da EMERJ, né? Não, não é isso, ele faz uma pesquisa sobre os piores professores da EMERJ, e como já é minha terceira aula que ele assiste, acho que eu já sou campeão. Não é verdade, Fernando?*

— *Não, não é verdade não...*

Então, ele queria falar com vocês um minutinho antes do intervalo. Se você quiser dez minutos é melhor ainda, eu vou ganhar do mesmo jeito.

— *Se você quiser dividir o dinheiro, eu falo até meia hora.*

— *Serinho?*

— *Não, não... tô brincando.*

Este mesmo professor, uma hora mais tarde, diante de uma bagunça causada por um grupo de alunos que cochichava, lançou uma pergunta capciosa em elevado tom de voz, e depois de alguns segundos de silêncio ele disse: “Ei, calma, um de cada vez! Tá vendo, Fernando, eles não me escutam”. Senti muitas vezes que em torno de mim repousava também uma expectativa em relação a um eventual papel de controle, dada a etiqueta de pesquisador autorizado pela direção da escola. Várias piadas e comentários foram feitos nesse sentido.

Dentre os juristas brasileiros, os diplomas de pós-graduação agregam a alguém a possibilidade de ensinar em nível superior e pertencer simbolicamente à intelectualidade. A pesquisa, para um jovem jurista brasileiro, se faz nas bibliotecas, e nos repositórios de jurisprudência, hoje todos encontrados facilmente na internet. Para eles, entrevistar faz parte do trabalho de um jornalista, analisar arquivos faz parte do trabalho de um burocrata, e observar faz parte do trabalho... talvez de um fiscal ou de um policial. Na verdade, a curiosidade sobre o que consiste exatamente a atividade de observar esteve sempre presente. A única vez em que me separei do meu caderno de anotações para ir ao banheiro, logo quando voltei, dois alunos o folheavam. Me avistando, eles largaram o caderno, bastante constrangidos. Tentando “quebrar o gelo”, puxei conversa com eles:

— *Então, gostaram do meu caderno?*

— *É... você até fez o mapinha da sala...*

— *Isso, eu anoto tudo.*

Em realidade um pesquisador imerso em meio judiciário não é uma figura habitual, o que aumenta consideravelmente o repertório de expectativas que podem se desenvolver em torno do trabalho de pesquisa, sem, por outro lado, deixar ao pesquisador uma maior margem de manobra para negociar seu acesso e seu papel, ao menos não em contextos interacionais altamente institucionalizados. Todas as vezes em que explicava sobre o que tratava minha tese ou que minhas anotações de campo eram percebidas, as pessoas não compreendiam exatamente qual era o objetivo do meu trabalho. O caderno justamente era um fator de choque, uma vez que anotava tudo o que os alunos não anotavam, e tudo o que eles anotavam, eu não anotava.

4.2 Um *outsider*

Um outro aspecto das minhas implicações em sala de aula é a pertença ao grupo. Quando falo de um *outsider*, é no sentido atribuído a esta palavra por Becker (1966): “Eu tenho usado o termo ‘*outsiders*’ para me referir àqueles que são julgados pelos outros como sendo desviantes, estando fora do círculo dos membros ‘normais’ do grupo” (p. 15).²¹ Mas por que eu seria considerado como desviante? Quais elementos ligavam aquelas pessoas, de forma a torná-las um grupo?

De início eles eram todos juristas. O léxico jurídico era o que preenchia a sala de aula de sentido e coerência. A EMERJ é uma escola onde se ensina o Direito, tal como deve ser aprendido para o sucesso nos concursos de acesso às carreiras jurídicas de Estado. A decisão de me identificar como doutorando em Ciência Política, escondendo minha formação jurídica e inscrição na OAB, marcou profundamente a presença em sala de aula. Além disso, há ainda um outro elemento que ligava professores e alunos, pondo ainda mais em evidência minha condição de *outsider*: a aprovação no concurso público. Os alunos pagam caro²² por uma formação complementar voltada para a preparação do concurso da magistratura fluminense. Eles compartilham então o conhecimento jurídico, mas igualmente as esperanças, as insegu-

ranças, o medo do fracasso, as especulações sobre a banca, enfim, todo um contexto e um cotidiano próprios dos candidatos que se preparam para um concurso. Por sua vez, os professores, em sua maioria magistrados, tinham o poder de transmitir sua história de sucesso e de contar do seu cotidiano profissional. Além de ensinar o direito técnico, eles estavam lá para ensinar o sucesso. E eu, qual seria meu papel?

Professores e alunos utilizaram por várias vezes o papel que eles mesmos me atribuíam. Um professor, após haver perguntado aos alunos qual seria a solução mais adequada a um caso hipotético, reagiu da seguinte maneira ao silêncio da classe: “Atenção na resposta, doutor Fernando tá observando vocês! Quem saberia dar essa sentença?”. Uma aluna, quando de sua apresentação oral sobre a organização do Estado, começou da seguinte maneira: “Bom dia a todos, desejo também as boas vindas ao nosso amigo Fernando, que tudo dê certo pra ele... Então, Hobbes e Locke disputaram academicamente o conceito de Estado Ideal... mesmo se é um pouco constrangedor falar destes autores na frente de um doutorando em Ciência Política... prometo que serei superficial”. Suas expectativas acerca do ofício de um cientista político os faziam utilizar minha presença como delimitadora de fronteiras práticas do Direito. Eu era uma autoridade consultável no campo do não-Direito, que, evidentemente, variava bastante em função do contexto. Um outro professor, diante de uma resposta que lhe dera um aluno e que ele queria qualificar de abstrata, travou comigo o seguinte diálogo durante a aula:

— *Fernando, cê faz doutorado em quê?*

— *Ciência Política.*

— *Aí, é filosofia, a gente discute isso entre cientistas políticos, não é verdade, Fernando?*

— *Verdade.*

— *Mas aqui, meu caro [se dirigindo ao aluno], a gente tem a lei.*

A despeito do meu desacordo sobre o amálgama entre Ciência Política e Filosofia, o deixei livre para expor seu argumento, aceitando a definição do papel

21 Tradução livre do autor. Texto original: “I have been used the term ‘*outsiders*’ to refer to those people who are judged by others to be deviants and thus to stand outside the circle of ‘normal’ members of the group”.

22 Em torno de 700 Reais.

que ele momentaneamente me atribuiu. Efetivamente, não me pareceu apropriado expor meu ponto de vista sobre a definição de Ciência Política. Esta postura se aproxima da que adotou Latour (2004) quando ele realizava uma etnografia em uma sessão do Conselho de Estado francês, logo que um conselheiro lhe perguntou: “Luchon: (virando-se para o autor): O que diz o filósofo? BL: O filósofo não está suficientemente preparado para opinar” (p. 192).²³ É necessário mencionar também que meu estatuto de jurista esteve por várias vezes ameaçado de ser revelado. Tendo feito minha faculdade de Direito no Rio de Janeiro, tive intensa participação no Centro Acadêmico. Ao menos três alunos me abordaram perguntando: “Eu te conheço da faculdade né? Não era você o presidente do CA?”. Uma vez essa descoberta aconteceu na sala de aula:

— *O conceito de prova ilícita é tão simples que é o Fernando que vai responder essa. E aí, Fernando, que que é uma prova ilícita?*

— *Uma prova produzida em desacordo com as normas jurídicas?*

— *Olha, uma resposta excelente! Você tem formação jurídica?*

— *Tenho.*

— *Tá bom, mas mesmo se eu ligasse pro meu irmão que fez faculdade de Educação Física, ele responderia a mesma coisa.*

Minha única preocupação foi a de não mentir. Ele havia previsto mostrar aos alunos que mesmo um profano poderia responder a pergunta. Assim que ao repetir a célebre fórmula da faculdade sobre o conceito de prova ilícita, quebrei involuntariamente seu jogo, pelo que ele teve de reconstruir o argumento citando seu irmão, o que não afastou inteiramente o resultado constrangedor para ele e para mim. O desafio do pesquisador é frequentemente a rapidez de raciocínio e resposta. Várias vezes, como no exemplo citado acima, fui chamado

23 Tradução livre do autor. Texto original: “Luchon: (en se tournant vers l’auteur): Que dit le Philosophe? BL: Le philosophe n’est pas assez préparé pour opiner”.

a interagir em contextos os mais variados, mas sempre cercados de implicações sobre meu papel.

5 Considerações metodológicas

A já apontada influência de uma rede que articula antropólogos e sociólogos americanos ligados à Escola de Chicago como ponte para a institucionalização da observação participante na sociologia brasileira pode ser percebida na recepção do livro “Sociedade de esquina” (Whyte, 2005). Tratando-se de uma pesquisa doutoral realizada na Universidade de Harvard, seu autor tomou contato com o interacionismo simbólico e com as reflexões metodológicas da Escola de Chicago durante seu trabalho de campo. Sobre o mesmo se produziram duas resenhas no Brasil. Numa delas, chega-se a afirmar que “a teoria adviria da prática de pesquisa empírica” (Tavares, 2006), na outra, são organizados com base no livro os “Dez mandamentos da observação participante” (Valladares, 2007, p. 153-154). Ambas as resenhas ressaltam o fato de que as interações e implicações pessoais do pesquisador constituem uma importante fonte de dados.

Neste artigo tentei mostrar um processo de pesquisa na qual a observação em si não passa de uma parte do trabalho. Desde os contatos, a permanente negociação do acesso e as condições de pesquisa, até as interações e situações efetivamente observadas e vividas, a maneira como o pesquisador acumula etiquetas e papéis vai influenciar o resultado do seu trabalho. Toda atividade reflexiva, que põe em questão as condições de pesquisa, é bem vinda uma vez que o grau de previsibilidade do que acontecerá em campo é bastante reduzido, ainda que o pesquisador possa produzir indícios suficientemente estáveis sobre si mesmo, como afirma Bizeul (1998):

“As razões imaginadas para a presença do pesquisador vão em parte orientar a maneira de se conduzir em relação a ele: afastando-lhe ou convidando-lhe; respondendo às suas perguntas ou as ignorando; oferecendo-lhe um discurso de circunstância, ou ao contrário falando com sinceridade, compartilhando informações cruciais, pondo-o em contato com interlocutores úteis. Seu discurso de apresentação não passa de um elemento dentre outros permitindo situá-lo e prever suas intenções, e, não menos

frequente, é um elemento de pouca importância em relação às informações obtidas no encontro e nos indícios ligados à sua pessoa” (p. 760).²⁴

Pude experimentar até que ponto podem ser estendidas as implicações pessoais do pesquisador. Meu último ato de pesquisa na EMERJ, uma entrevista com os dirigentes, desembocou em uma proposta de trabalho. Ainda com o gravador ligado, o diretor-acadêmico e eu travamos o seguinte diálogo:

Fernando, eu não quero ser impertinente, mas nós já ‘tamos’ aqui num processo de projeto de uma possibilidade que vai nos obrigar a incluir disciplinas de cunho humanístico como a Sociologia do Direito, me parece, onde elas já farão parte do próximo concurso da magistratura... e a gente gostaria, se for possível, de contar com você no nosso corpo docente. (...) Seu currículo e sua chegada aqui foram assim como uma colisão de trens... opa! Nós temos essa questão e Fernando chegando... nós demos uma olhada no seu currículo Lattes, né?

— Ah, é? Vocês procuraram meu currículo? Legal!

— Então... aí eu falei: ‘formou’!

E efetivamente, após meu retorno ao Brasil em 2011, comecei a lecionar a disciplina “Sociologia Jurídica” como Professor Convidado da EMERJ.

Uma postura de pesquisa, então, não pode ser inteiramente planejada de forma antecipada nem meticulosamente controlada ao curso do trabalho, sobretudo num meio institucionalizado como o meio judiciário. Ainda assim, devemos tentar adaptar e equilibrar nossos interesses de pesquisa e a tentativa de controle das expectativas, que trazem impor-

24 Tradução livre do autor. Texto original: “Les raisons imaginées à la présence du chercheur vont en partie orienter la façon de se conduire envers lui: le tenant à l’écart ou l’invitant; répondant à ses questions ou les ignorant; lui offrant un discours de circonstance, ou bien au contraire lui parlant avec sincérité, lui faisant part des informations cruciales, le mettant en contact avec des interlocuteurs utiles. Son discours de présentation n’est qu’un élément parmi d’autres permettant de le situer et d’envisager ses intentions, et, le plus souvent, c’est un élément de peu de poids par rapport aux informations tirées de la rencontre et des indices attachés à sa personne”.

tantes consequências. Todavia, nos enganaremos, cometeremos erros, gafes, faremos bobagens, podemos ser mal interpretados, mal tratados ou mesmo agredidos. Enfim, os pesquisadores em ação são bem diferentes da imagem lúdica do cientista que domina perfeitamente seu ambiente de trabalho, com luzes que piscam, tubos de ensaio, e complexos gráficos pendurados nas paredes de seu laboratório. Assim, as implicações do observador me parecem a fonte analítica adequada para realizar a objetivação das relações subjetivas finas de uma pesquisa qualitativa. Ou nas palavras de Bourdieu (1978): “A sociologia da sociologia não é um ramo dentre outros da sociologia: a objetivação da relação subjetiva com o objeto faz parte das condições de objetividade; a primeira das condições de cientificidade de toda ciência social é que ela se arme da ciência de suas próprias condições sociais de possibilidade” (p. 67-68).²⁵

Para além do que pode parecer óbvio, este artigo visa explicitar a perda em que incorre o pesquisador que, em nome da neutralidade ou até mesmo da objetividade, desconsidera suas implicações e interações no seio do grupo pesquisado. Isso porque é num processo permanente de objetivação que se constrói a ordem social que se pretende ver afirmada através de atos de pesquisa. O ponto aqui é: não apenas nas pesquisas etnográficas, mas em qualquer estudo empírico, as interações do pesquisador são uma potencial fonte de dados extremamente ricos, uma vez que ele mesmo é objeto permanente de categorizações e interpretações nativas. Tentarei demonstrar a seguir os frutos da minha própria experiência como reveladores da organização social da EMERJ e, num espectro mais amplo, da própria cultura judiciária.

6 Conclusões

Este artigo é dedicado fundamentalmente à análise de um aspecto particular do trabalho de observação etnográfica: as implicações pessoais e interações do pesquisador. Desta forma, o foco não foi o de des-

25 Tradução livre do autor. Texto original: “La sociologie de la sociologie n’est pas une branche parmi d’autres de la sociologie: l’objectivation du rapport subjectif à l’objet fait partie des conditions de l’objectivité; la première des conditions de la scientificité de toute science sociale est qu’elle s’arme de la science de ses propres conditions sociales de possibilité”.

crever densamente as relações entre professores e alunos, ou o cotidiano da EMERJ. A abordagem adotada excluiu quase totalmente as muitas situações observadas passivamente, ou ainda, de forma “não participante”. No entanto, muito se pode depreender do objeto a partir do que pode ser objetivado no chamamento do pesquisador à condição de membro do grupo estudado. É possível compor as categorias nativas e os sistemas de interpretação de um grupo social a partir da forma como recebem, identificam, tratam, aproximam, afastam e atribuem papéis a um ator tão singular e incomum no seio do seu convívio? O que se tentará aqui é afirmar a reflexividade existente entre cientista e colaboradores como um elemento forte da produção de dados de pesquisa.

Certas características dos juristas brasileiros tornam-se menos naturais quando comparamos seu universo com outros contextos jurídicos. Já tive a oportunidade de demonstrar empiricamente a primazia dos professores de Direito sobre os juízes – para tratar da divisão do trabalho fundamental no campo jurídico (Bourdieu, 1986) – em situações de interação direta: nas bancas das provas escritas (Fontainha, 2009, p. 55-67) e orais (Fontainha, 2011, p. 193-205) do concurso da magistratura francesa. A partir do exame detalhado das práticas e dos discursos em torno dos processos de correção de provas e exame dos candidatos, pude demonstrar como, naquele país, o poder de criar e anunciar o Direito é exercido nas faculdades, e não nos tribunais. O contrário do que ocorre por aqui.

Uma comparação superficial entre a ENM francesa e a EMERJ carioca ressalta uma consequência dessa diferença de estruturação entre os universos judiciais: por lá, o repertório de ação dos magistrados se restringe à medida que a carreira avança, por aqui ocorre o oposto. A escalada hierárquica e o acúmulo de poder dentro do contexto institucional, por lá, fazem o membro ser mais enquadrado pelo peso da ordem social, e por aqui, fazem com que ele consiga melhor transitar na instituição. O aparato de controle ao qual estão submetidos os alunos da EMERJ, e a ausência de um aparato homólogo para os alunos da ENM francesa assim o demonstram.

Da mesma forma, a maneira como os magistrados organizam o trabalho interno nos tribunais revela seu

papel eminentemente político – de representação do órgão – na gestão e organização dos trabalhos. Na França, meu interlocutor autorizado era um magistrado (diretor do Recrutamento e da Formação Inicial da ENM), no Brasil, um analista judiciário (diretor acadêmico da EMERJ). O que eles tinham em comum: ambos eram os gestores diretos do cotidiano de suas escolas. Independentemente da autoridade – ou do poder – de me garantir o acesso ao campo, eram eles que conheciam a rotina das suas instituições a ponto de poder estimar o impacto prático da minha presença continuada no seio das mesmas. Assim, quando na França temos uma divisão do trabalho entre o corpo de magistrados e o greffe (técnicos e analistas), no Brasil temos uma verdadeira hierarquia. Não é por acaso que por lá se esperava do meu trabalho uma contraprestação crítica, quase um diagnóstico institucional, e por aqui, que o nome da EMERJ fosse divulgado no exterior. Não está em questão aqui qual das representações acerca do potencial contributivo de uma tese acadêmica a uma instituição é a mais “correta”, mas qual delas tem o mundo acadêmico em mais alta conta.

Desta maneira, foi perceptível como nas práticas de ensino jurídico – e não nos discursos, frise-se – o principal elemento distintivo do Direito enquanto área do conhecimento é seu não pertencimento ao mundo acadêmico. Fruto da prática, nos tribunais e escritórios de advocacia, alguém que se apresenta para juristas como doutorando em Ciência Política é rapidamente categorizado como *outsider*, e transformado naquele que (1) traz referências externas ao debate, (2) é capaz de intervir sobre as questões mais fáceis e (3) é capaz de atuar como um sensor nas questões externas ao Direito, como no debate entre Hobbes e Locke.

Ainda, a apreensão pedagógico-reputacional do fato do meu doutorado ter sido feito na França é bastante reveladora da relação transcendental que os juristas atribuem ao intercâmbio internacional. Um país como a França contribui tanto para enaltecer quem pode colá-lo na biografia, quanto para reforçar a dimensão institucionalizada da sala de aula. Não é à toa que nas minhas interações com os alunos, ficou claro que se esperava de mim realizar comparações franco-brasileiras a partir de um sistema de interpretação tipicamente jurídico: um conjunto de poucos

preceitos normativos tendentes a explicar a realidade holisticamente considerada.

Por fim, quem compara a disciplina judiciária à disciplina militar nunca deve ter pisado num quartel ou numa caserna. Minha experiência na EMERJ mostrou algumas das formas que essa disciplina pode tomar a partir de objetivações como a catraca eletrônica, o detector de metais, as câmeras e microfones nas salas de aula e os assistentes de turma, monitores contratados pela EMERJ que estão todo o tempo dentro da sala de aula. É necessário falar também dos processos administrativos produzidos por um tal aparato, material ao qual também tive acesso mas que não explorei aqui. Eles eram de dois tipos: processos disciplinares contra alunos que “mataram aula” e contra alunos que “colaram” em alguma avaliação. Em todos eles os meios de prova contra os alunos eram registros das câmeras e das catracas eletrônicas, e as defesas destes jamais eram argumentos jurídicos, mas escusas morais, quiçá sentimentais. A punição para todos: uma reunião com um dos magistrados do Conselho.

Muito mais que o medo de uma punição efetiva, o sucesso do quadro disciplinar proposto pela EMERJ era o risco da mácula reputacional, que poderia ter sérias repercussões na futura agregação do candidato à instituição quando do concurso. Sem expulsões, multas, penas ou outras medidas mais graves, o equivalente à mácula funcional enquanto resquício objetivo – escrito – da incorreção moral era o único fator que impulsionava os alunos a se ajustarem à ordem institucional. Assim, a instituição conseguia submeter cada um ao seu papel. Esse controle impedia igualmente os professores de se atrasarem, faltarem, liberarem as turmas mais cedo ou serem menos rigorosos no controle da “cola” ou do plágio nos exames. Quanto a mim, que também fui compelido a cumprir meu papel – por mais transitório, cambiante e inusitado que este possa ter sido – cumpre apenas dizer que no seio da instituição judiciária são a reputação e a gestão de impressões que garantiram outrora minha permanência como doutorando em Ciência Política e que garantem hoje minha permanência como professor de Sociologia Jurídica.

////////////////////////////////////

7 Referências

- Amado, G. (2002). Implication. In J. Barus-Michel; E. Enriquez; A. Lévy (orgs.) *Vocabulaire de psychosociologie, références et positions*. Paris: Érès.
- Anderson, N. (1923). *The Hobo: the Sociology of the Homeless Man*. Chicago: University of Chicago Press.
- Beaud, S. & Weber, F. (2003). *Guide de l'Enquête de Terrain*. Paris: La Découverte.
- Becker, H. (1966). *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance*. New York: Free Press.
- Becker, H. & Geer, B. (1960). Participant observation: the analysis of qualitative field data. In R. Adams & J. Preiss (orgs). *Human Organization Research: Field Relations and Techniques*. Belmont: Dorsey Press.
- Bertin, G. (2004). *Regards sur l'intervention sociale*. Esprit Critique, 6 (4).
- Bizeul, D. (1998). *Le récit des conditions d'enquête: exploiter l'information en connaissance de cause*. Revue Française de Sociologie, 39 (4).
- Bourdieu, P. (1978). Sur l'objectivation participante. Réponse à quelques objections. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 23 (1).
- Bourdieu, P. (1986). La Force du Droit. Éléments pour une sociologie du champ juridique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 64 (1).
- Brochier, C. (2009). Pratiquer l'enquête de terrain au Brésil: expériences personnelles et histoire des recherches empiriques (1930-1970). *Humanities and Social Sciences*. Université Lumière - Lyon II.
- Burgess, E. (1929). "Basic Social Data". In T. Smith & L. White (orgs). *Chicago: an Experiment in Social Science Research*. Chicago: University of Chicago Press.
- Clicquennois, G. (2006). "Problèmes méthodologiques inhérents à une recherche sociologique qualitative menée sur les politiques carcérales belges et françaises". *Socio-logos*, 1. Disponible em: <http://socio-logos.revues.org/document28.html>.
- Champy, F. (2009). *La sociologie des professions*. Paris: PUF.
- Dray, D. (1999). *Une nouvelle figure de la pénalité: La décision correctionnelle en temps réel*. Paris: Détours.
- Duarte, L. F. D. (1978). *As redes do suor* (Dissertação de Mestrado) Museu Nacional, Antropologia Social, Brasil.
- Dupret, B. (2001). "L'intention en acte. Approche pragmatique de la qualification pénale dans un contexte égyptien". *Droit et société*, 48, 439-465.
- Dupret, B. (2006). *Le jugement en action. Ethnométhodologie du droit. De la morale et de la justice en Égypte*. Genève/Le Caire: Librairie Droz/Cedej.
- Fontainha, F. de C. (2009). Work Division, Domination, and Solidarity in French Law Field: Scholars, Judges, and the National Judicial School's Public Contest Oral Exam. In S. Hunt et al. (orgs). *Sociology and Law: the 150th Anniversary of Emile Durkheim*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Fontainha, F. de C. (2011). *Les (en)jeux du concours: une analyse interactionniste du recrutement à l'École Nationale de la Magistrature*. Sarrebruck: Éditions Universitaires Européennes.
- Gaïti, B. & Sawiki, F. (1997). *On ne subit pas son rôle. Entretien avec Jacques Lagroye*. Politix, 10 (38), 7-17.
- Gaspar, M. D. (1988). *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Goffman, E. (1986). *Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity*. New York: Simon & Chuster.
- Goffman, E. (1967). *Interaction Ritual. Essays on Face-to-Face Behavior*. New York: Pantheon.
- Goffman, E. (1959). *The Presentation of Self in Everyday Life*. New York: Anchor Books.
- Jackson, B. (1987). *Fieldwork*. Chicago: University of Illinois Press.
- Johnson, C. S. (1922). *The Negro in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lapassade, G. (2001). L'observation participante. *Revue Européenne d'Ethnographie de l'Éducation*, 1 (1).
- Latour, B. (2004). *La fabrique du droit. Une ethnographie du Conseil d'État*. Paris: La Découverte.
- Lenoir, R. (1995). Processus pénal et mise en détention provisoire. *Droit et société*, 30-31, 357-365.
- Lenoir, R. (1996). Le sociologue et les magistrats: Entretiens sur la mise en détention provisoire. *Genèses*, 22, 130-145.
- Mauss, M. (2002). *Manuel d'ethnographie*. Paris: Éditions Payot.
- Merton, R. (1957). Some Preliminaries to a Sociology of Medical Education. In R. Merton et al (orgs). *The Student Physician. Introductory Studies in the Sociology of Medical Education*. Cambridge: Harvard University Press.
- Miaille, M. (1994). *Introdução Crítica ao Direito*. Lis-

boa: Estampa.

- Sabino, C. (2004). *O Peso da Forma: cotidiano e uso de drogas entre fisiculturistas* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Sociologia e Antropologia, Brasil.
- Shaw, C. R. (1930). *The Jack-Roller: a Delinquent Boy's Own Story*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Soulé, B. (2007). Observation participante ou participation observante? Usages et justifications de la notion de participation observante en sciences sociales. *Recherches Qualitatives*, 27 (1).
- Tavares, B. (2006). Gangsterismo jovem: observação participante e a Escola de Chicago. *Sociologia do Estado*, 21 (3).
- Travers, M. (2007). *Sentencing in the Children's Court: an Ethnographic Perspective*. *Youth justice*, 7 (1), 21-35.
- Valladares, L. (2007). Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22 (63).
- Vanhamme, F. (2009). *La rationalité de la peine. Enquête au tribunal correctionnel*. Coll. De l'école des sciences criminologiques. Bruxelles: Bruylant.
- Vianna, H. (1988). *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Whyte, W. F. (2005). *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área pobre e degradada*. Rio de Janeiro, Zahar.

Data de submissão/Submission date: 18.03.2014

Data de aceitação para publicação/Acceptance date:
27.09.2014